

COMBATER A AMEAÇA VERMELHA: O NORDESTE BRASILEIRO NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA DÉCADA DE 1960

João Gilberto Neves Saraiva

Graduando em História na UFRN

jgilbertons@gmail.com

Prof. Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira (Orientador)

Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFRN

henriquealonso@yahoo.com

“Senhoras e senhores ele põe os olhos grandes sobre mim.”

(Tropicália, Caetano Veloso).

O mundo conheceu o ápice da Guerra Fria nos anos 1960 com a crise dos mísseis (1962). Ela representou um capítulo especial da história do século XX, que influenciou mudanças nas ações das potências que repartiam o globo em zonas de influência. Quando a Revolução Cubana aderiu ao bloco comunista, o governo norte-americano sofreu um duro golpe porque a América Latina sempre foi considerada uma área de total influência norte-americana. Essa desilusão com o cenário abaixo do Texas contribuiu decisivamente para mudanças na política externa para América Latina. Era agora necessário trabalhar para reconquistar o “quintal” norte-americano.

Tratando do contexto da Guerra Fria, este trabalho¹ procura identificar transformações dentro da representação que a burocracia americana realizou durante o governo de Kennedy (1961-1963) sobre o Nordeste brasileiro a partir do encontro com os burocratas brasileiros. Concordamos com Chartier (1991, p. 184) ao pensar que aquilo que se pode representar corresponde sempre a um produto de uma prática. Pensamos a representação como um ato de apreciação, onde os elementos sociais revelam sua bagagem cultural e interesses.

Essa concepção de representação é utilizada para estudar documentos oficiais trocados entre diversos órgãos do governo americano (entre eles: Embaixada no Brasil, Departamento de Estado, Casa Branca) durante o mandato do presidente

¹ Este trabalho foi produzido a partir do projeto de pesquisa Catalogação de Documentos da História das Relações entre Brasil e Estados Unidos (1961-1963), sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Kennedy Para este estudo foram consultados as seções que continham referências diretas e indiretas sobre o Brasil². A técnica que possibilitará o tratamento dessas fontes é a da análise dos discursos que os consideram construções que carregam rastros do seu local de produção, condições e temporalidade nas quais se insere seu produtor. Segundo Bourdieu (2008, p. 129), através dessa técnica podemos ter acesso a concepções que o falante veladamente guarda nas suas palavras.

Para trabalharmos com as múltiplas formas em que a região Nordeste é construída na documentação utilizamos a concepção sobre o espaço a partir do conceito do Geopoder nos termos definidos por Peixoto (2011). O Geopoder é pensado como o poder que os Estados e as instituições ligadas a eles pensam e produzem o espaço:

a análise crítica de produções plurais sobre uma dada espacialidade, no caso, privilegiando o estabelecimento de raciocínios que articulem esta pluralidade e procurem entender as distinções teóricas que considerem tal multiplicidade. (PEIXOTO, 2011, p. 147)

A chegada de John Kennedy a presidência em 1961 intensificou a mudança de direção dentro das relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Desde a Segunda Guerra (e nunca mais até hoje) os olhos da maior potência do planeta se focaram decisivamente sobre a região. O Brasil é considerado pelo gabinete de Kennedy como o mais importante país do bloco e uma parte desse território em especial recebe grande atenção, especialmente financeira, dos burocratas americanos: o Nordeste. Mesmo os nossos regionalismos, aquilo que consideramos tão internos, podem ser percebidos e modificados dentro dos relatórios do governo estadunidense. Não se pode ignorar o que pensam os funcionários da maior potência do globo.

Para refletir acerca as relações entre Estados Unidos e América Latina é pertinente fazer algumas observações sobre a forma que os estadunidenses pensam os povos da América Central e do Sul. Antes mesmo das independências que rebentaram na América Latina os estadunidenses já cultivavam a crença na inferioridade dos latino-americanos. Para Lars Schoultz (2000, p. 13), se naquela época éramos considerados

² Documentos disponíveis no sítio do Departamento de Estado norte-americano na sua língua original. Estão organizados volumes de acordo com mandato presidencial em que foram produzidos e o assunto (geralmente por região). Utilizamos as seções: *Brazil*, *Aliance for Progress* e *Latin American Security* do volume XVII *American Republics*.

vagabundos e grosseiros e há cerca de cinquenta anos somos denominados pelo amplo termo *subdesenvolvidos*. Do século XVIII pra cá os termos se transformaram, mas a noção de inferioridade se mantém na mentalidade dos burocratas americanos. Eles encaram o papel dos Estados Unidos como o do homem superior que leva ajuda e civilidade aos mais fracos.

Após o desfecho da Segunda Guerra Mundial o conflito bipolar já está sobre o tabuleiro dos governantes norte-americanos. Pedro Antônio Tota (2000, p. 190) percebe que os governos da América Latina esperavam ao término do conflito um aprofundamento no interesse norte-americano pela América Latina, ou pelo menos a manutenção da atenção a região concedida longo da Segunda Guerra. Essa expectativa foi frustrada pelo descaso do Tio Sam com seus aliados das Américas, após a guerra os seus olhos se focaram no Velho Mundo, onde a União Soviética lhe parecia dispor as melhores peças do seu xadrez. Ações como a do governo do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek (1956-1961) para tentar chamar a atenção do presidente americano D. Eisenhower sobre a América Latina e principalmente o Brasil esbarram numa falta de interesse por parte dos norte-americanos.

No ano de 1959 ocorreu o evento que ficou conhecido como Revolução Cubana. Após a adesão do governo de Fidel Castro ao comunismo, os soviéticos estenderam o tabuleiro da Guerra Fria até a América Latina capturando para sua esfera de influência um dos peões mais próximos do rei, Cuba; a fratura nas relações entre os estadunidenses e seus vizinhos estava exposta. Em 21 de janeiro de 1961 o democrata John F. Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos da América. Pouco tempo depois ocorreu incidente da Baía dos Porcos, no qual exilados cubanos com apoio norte-americano falharam ao tentar invadir a ilha comandada por Fidel Castro. Mesmo antes dessa tentativa de restabelecer em Cuba um governo aliado dos Estados Unidos, ainda no discurso inaugural, Kennedy lançou as bases do que seria a nova estratégia norte-americana para a América Latina.

A Aliança para o Progresso se constituiu como um programa de ajuda para os países latino-americanos pensando aos moldes do Plano Marshall³. Segundo Henrique Alonso Pereira (2005, p. 153), a estratégia de defesa hemisférica dos anos

³ Segundo Lincon Gordon, futuro embaixador do Brasil, em memorando de 6 de março de 1961 para Goodwin, assistente especial de Kennedy. Documento disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d5>> Acesso em: 07 out. 2011.

1950, onde os EUA forneciam armas aos países da América Latina foi trocada: combater a ameaça comunista com desenvolvimento econômico passa a ser a nova estratégia estadunidense. O Brasil foi o país que mais recebeu recursos da Aliança para o progresso, os olhos da maior potência do globo se focaram sobre o Nordeste.

É importante refletir acerca de como a região Nordeste é pensada pelos próprios brasileiros, como essa região pode ser entendida como um produto cultural construída e popularizada por determinados falantes. Esta concepção do Nordeste como uma fabricação é estudada por Durval Muniz de Albuquerque (2009). Ele destaca o surgimento do Nordeste como uma espacialidade fruto de práticas e discursos que se solidificam a partir das secas. O desejo de recursos das elites locais, a obra do sociólogo Gilberto Freyre, a literatura de Jorge Amado, José de Lis do Rego e a música de Luiz Gonzaga, são alguns exemplos de construtores e perpetuadores desta territorialidade de miséria. A partir da seca de 1877, práticas e discursos formulam uma espacialidade que pode ser explicada pelas falta de chuvas, a seca gera uma espacialidade que se perpetua a partir de diversos falantes.

Os documentos da burocracia americana do governo de John Kennedy disponíveis no sítio do Departamento de Estado estão organizados de acordo com a data de produção. Essa disposição nos permite pensar as transformações e permanências nos discursos e situá-los mais precisamente na temporalidade em que foram produzidos. Nos primeiros meses de atuação do gabinete de Kennedy as correspondências trocadas entre as diversas esferas burocráticas norte-americanas tratam do contato com o novo presidente do Brasil, Jânio Quadros⁴. Os burocratas querem saber a opinião de Jânio sobre Cuba e consequentemente a posição brasileira no xadrez da Guerra Fria.

Enquanto discutem sobre o contato com o recém empossado presidente do Brasil, surgem algumas referências sobre a ajuda humanitária a ser enviada ao país. As palavras *depressed* (abatido ou depressivo)⁵ e *distressed* (angustiado) acompanham as referências ao Nordeste. A disposição geográfica é acrescentada um valor simbólico, o homem norte-americano em sua missão civilizadora viria trazer comida e dinheiro para latino-americanos sem mais especificidades do que sua localização no mapa e sua pobreza. Essa forma de caracterizar o Nordeste, produzida nos primeiros meses do

⁴ Jânio assumiu a presidência do Brasil no mesmo ano que Kennedy (1961).

⁵ Os termos em inglês são traduções livres dos autores.

mandato, pode ser relacionada à continuidade da noção de inferioridade cultivada pelos americanos em relação aos seus vizinhos do Sul.

A partir de julho de 1961 passam a ocorrer encontro de burocratas brasileiros e norte-americanos. Nesses encontros os burocratas americanos (incluindo o próprio presidente Kennedy) conhecem o responsável pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Celso Furtado. Ela corresponde a um órgão estatal criado ainda no governo de Juscelino Kubitschek e que se preocupa com o desenvolvimento da região. Oliveira (2010) pensa a SUDENE como um aparelho do Estado brasileiro idealizado principalmente por Celso Furtado para intervir no Nordeste de forma a diminuir sua disparidade em relação ao Centro-Sul. O surgimento da SUDENE, tendo Celso Furtado como o principal idealizador, pode ser interpretado como uma mostra do poder desse Nordeste fabricado, seu eco dentro dos planos do governo federal. No relatório elaborado sobre a conversação entre burocratas brasileiros e americanos⁶ são destacadas as perguntas realizadas (muitas pelo próprio Kennedy) a Celso Furtado sobre o Nordeste e suas respostas, o burocrata brasileiro trata de temas como irrigação, concentração fundiária, migração entre outros temas.

Nos diários da Casa Branca do primeiro encontro entre Kennedy e Furtado, em 14 de julho de 1961, está registrado o horário de um almoço onde eles em conjunto com outros burocratas teriam discutido sobre o desenvolvimento (*development*) do Nordeste. Mesmo que no mesmo registro encontremos uma citação em que o presidente dos Estados Unidos teria denominado o Nordeste como a região mais populosa e pobre (*crowded and povert*) podemos dizer que ocorre uma transformação na forma de se pensar o Nordeste. A mera citação ao desenvolvimento da espacialidade que a possibilitaria sair do estágio de miséria já reflete alguma penetração do Nordeste construído no Brasil através do contato com a burocracia brasileira. A concepção da inferioridade não desaparece das representações do Nordeste, mas a espacialidade ganha uma complexidade que ultrapassa a tradicional concepção norte-americana sobre os latino-americanos.

No ano seguinte, 1962, João Goulart ocupava a presidência do Brasil já que Jânio Quadros havia renunciado em agosto do ano anterior. No governo de João Goulart

⁶ Documento 211. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d211>> Acesso 07 out. 2011.

os diálogos entre burocratas seguem, acordos econômicos com o FMI e instituições estadunidenses são discutidas inclusive entre os presidentes.⁷ Em fevereiro o chefe da Agência para o Desenvolvimento Internacional, Fowler Hamilton, envia um memorando a John Kennedy tendo como assunto a ajuda ao Brasil⁸. A maior parte do documento assinado por Hamilton trata sobre o Nordeste e segundo o mesmo a ajuda norte-americana segue as indicações de Celso Furtado. Nas ações tanto de curto quanto de longo alcance o burocrata destaca empréstimos para aproveitamento das fontes de água e construção de sistemas abastecimento para as cidades e vilas, eletrificação rural e alfabetização além de doações para o combate da fome. Os projetos norte-americanos para ajuda ao Brasil tratam essencialmente do Nordeste para combater a seca e a fome. O Nordeste fabricado ecoa nas práticas discursivas da burocracia americana revelando sua capacidade de angariar fundos transborda as fronteiras nacionais.

Os discursos são construídos, apropriados e reinventados a partir do desejo dos falantes. Chartier (1991) destaca que esses discursos não são aprendidos da forma exata que o interlocutor os projeta. O discurso dos burocratas brasileiros destacam a insatisfação das massas camponesas do Nordeste e a miséria produzida pelas secas para angariar fundos junto aos norte-americanos. Os estadunidenses tem um crivo sobre as informações obtidas no contato com a burocracia brasileira e as coloca em suas práticas discursivas de acordo com seus interesses. A burocracia norte-americana se apropria desse Nordeste fabricado para atender as suas demandas políticas internas e externas, especialmente a Guerra Fria. Programas com a Aliança para o Progresso perderam apoio e posteriormente falharam em seus objetivos de promoção de desenvolvimento porque os “olhos grandes” não estavam mais sobre a América Latina. As ditaduras do Cone Sul que irromperam nas décadas de 1960 e 1970 com o apoio norte-americano, suprimiram as demandas de combate ao chamado inimigo vermelho na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁷ Encontro ocorrido na capital norte-americana em 3 de abril de 1962.

⁸ Documento 220. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d220>> Acesso 07 out. 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, n.11, 1991.

OLIVEIRA, L L. *A criação da SUDENE*. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>> Acesso 19 abr. 2010.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Sagrado Coração: EDUSC, 2000.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relações História & Espaço*. Natal: EDUFRN, 2011.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a aliança para o progresso no Brasil*. São Paulo: PUC, 2005. (Doutorado).

U.S. DEPARTMENT OF STATE. FRUS 1961-1963. vol. XII, American Republics (1961-1963). Washington: Government Printing Office, 1996. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/>> Acesso 07 out. 2011.